



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Processo Administrativo nº 0024.20.007352-6
Reclamado: Banco Itaú Unibanco S/A – Agência nº 5325
Auto de Infração nº 317.20

DECISÃO ADMINISTRATIVA

1 – RELATÓRIO

A Agência nº 5325 do Banco Itaú Unibanco S/A, situada na Avenida Silva Lobo, nº 1.111, Bairro Nova Granada, CEP 30.431-262, Belo Horizonte/MG – inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/2510-18 foi fiscalizada pelo PROCON ESTADUAL no dia 23/04/2020, às 12:30 horas, com intuito de se verificar as medidas preventivas e de contenção do contágio pelo Novo Coronavírus (Covid-19) durante a prestação dos serviços bancários disponibilizados ao público consumidor de maneira geral. Em decorrência do trabalho de fiscalização, teria sido constatada falha no tocante ao resguardo da saúde e segurança do consumidor que buscava a prestação de serviços bancários, motivo pelo qual o estabelecimento foi autuado, sendo descrita a seguinte irregularidade:

1 – O fornecedor não disponibiliza, em local de fácil acesso, material para higiene e desinfecção individual a todos (art. 6º, I, art. 8, caput, art. 39, VIII da Lei nº 8.078/90 c/c inciso II do parágrafo único do artigo 8º da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17/20 e artigo 2º da Lei Estadual nº 23.636/20 – Item 4 do Formulário de Fiscalização).

Sobre o item autuado, os Agentes Fiscais descreveram: “não era disponibilizado álcool em gel nos caixas eletrônicos e no interior da agência.”

Ao final do Formulário de Fiscalização realizaram ainda as seguintes observações: que a agência opera com 50% do efetivo, em esquema de revezamento semanal; que o horário de atendimento ao público foi fixado das 10:00h às 14:00, sendo destinado o horário de 09:0h às 10:00h ao atendimento prioritário do grupo de risco.

Constam anexadas às fls. 08/09 imagens fotográficas registradas pelos Fiscais do Procon-MG, no momento da diligência.

O Representado foi notificado no próprio auto de fiscalização através da Gerente-geral da agência, Sra. Daniella Chaves Martins, para apresentação de defesa, nos termos dos arts. 42 e 44 do Decreto 2.181/97, bem como cópia do estatuto atualizado e Demonstração do Resultado do Exercício referente ao ano de 2019.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Assim, vieram aos autos Defesa do banco representado (fls. 13/15-v e 16/44-v).

Inicialmente, alegou ter adotado as melhores práticas para contenção e prevenção de riscos ao público em geral, alinhado com as recomendações dos órgãos públicos Municipais, Estaduais e da União;

Nesse sentido, arguiu ter reforçado junto a seus clientes a utilização dos canais digitais disponibilizados pelo Banco Itaú.

Acerca do horário de atendimento, informou ter sido alterado para evitar a exposição de seus colaboradores e clientes a aglomerações, em consonância com a Circular nº 3.991/20 do Bacen.

Assim, informou que o horário das 09:00h às 10:00h fora reservado aos aposentados e pensionistas do INSS, sendo o horário das 10:00h às 14:00h destinado ao atendimento do público em geral.

Sobre o item autuado, alegou disponibilizar frascos de álcool em gel em locais de fácil acesso, tanto para os colaboradores quanto para os clientes, conformes imagens colacionadas a sua defesa (fls. 14/15).

Acrescentou que a agência dispõe de banheiros para higienização das mãos com água e sabão.

Aduziu ainda ser realizada constante higienização das áreas comuns, eletrônicos, hall de atendimento, mesas e caixas de atendimento.

Ao final, sob a alegação de não ter praticado a conduta infrativa que ensejou a instauração do presente processo administrativo, pugnou pela declaração de insubsistência do auto de infração e conseqüente arquivamento dos feitos.

Anexou à Defesa instrumento de procuração, cópia dos Atos Constitutivos do Banco Itaú Unibanco S/A e Relatório Econômico da Agência nº 5325, referente ao exercício de 2019 (fls. 16 e seg).

O Banco Representado foi instado a se manifestar sobre eventual interesse em firmar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e Transação Administrativa, cujas minutas encontram-se acostadas às fls. 48/48-v e 49/49-v.

Foi oportunizado a apresentação de Alegações Finais, para o caso de não ter interesse na celebração de Acordo (TAC e TA).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Assim, ante a negativa de formalizar o ajustamento da prática auçada, vieram aos autos Alegações Finais (fls. 54/54-v), acompanhadas pelos documentos de fls. 55/59

Reiterando os termos outrora declinados em sua defesa, o Representado alegou que as medidas adotadas pela Instituição estão alinhadas com o disposto no Decreto Estadual 47.886/2020, na Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 nº17, das Portarias do Ministério da Saúde e na Circular nº 3.991/2020, emitida pelo Bacen.

Acrescentou ter se adequado às normativas retromencionadas, tendo para tanto apresentado registros fotográficos da disponibilização de frascos de álcool em gel em setores e atendimento da agência.

Ao final, pugnou mais uma vez pelo arquivamento do presente processo administrativo.

É o necessário relatório.

2 – DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1- Considerações Iniciais

Embora o Representado não tenha arguido nenhuma preliminar em suas alegações, vale trazer aqui um breve apanhado geral sobre o tema.

Inicialmente, vale registrar que os deveres observados por meio do “Formulário de Fiscalização de Prestação de Serviços Bancários Durante a Pandemia da COVID-19” referem-se ao cumprimento das normas de segurança sanitária para contenção do Novo Coronavírus, em respeito à saúde e própria dignidade do consumidor enquanto pessoa protegida pelo Estado.

Isso porque todo estabelecimento comercial e/ou bancário, frequentado por considerável número de pessoas, se tornou potencialmente nocivo à saúde dos consumidores que buscam a prestação dos serviços ali disponibilizados. Tanto é que foi adotado o fechamento do comércio, em escala mundial, mantendo-se apenas as atividades e prestações de serviços considerados essenciais.

Vale salientar que o artigo 6º Código de Defesa do Consumidor, elenca uma série de diretrizes a serem observadas por todos que participam da relação de consumo, tais como o Direito à Proteção da Vida, Saúde e Segurança (Lei 8.078/90, art. 6º, I), Direito à educação sobre o consumo, liberdade de escolha e igualdade nas contratações (Lei 8.078/90, art. 6º, II), Direito à Informação (Lei 8.078/90, art. 6º, III), Direito de proteção contra publicidade enganosa ou abusiva (Lei 8.078/90, art. 6º, IV), Direito à proteção contratual (Lei 8.078/90, art. 6º, V), Direito à prevenção e reparação de danos (Lei 8.078/90, art. 6º VI), Direito de acesso à Justiça (Lei 8.078/90, art. 6º VII), Direito à inversão do ônus da prova (Lei 8.078/90,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

art. 6º VIII), e Direito à adequada e eficaz prestação dos serviços públicos (Lei 8.078/90, art. 6º, X).

Ademais, a Lei 8.078/90 estabelece ainda em seu art. 4º, que a política nacional das relações de consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria de sua qualidade de vida e a transparência e harmonia nas relações de consumo.

Por sua vez, o artigo 7º do *codex* consumerista dispõe que os direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, dentre eles o disposto no §2º do artigo 8º do CDC abaixo transcrito, não excluem outros decorrentes de tratados, convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.

Art. 8º Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

(...)

§ 2º O fornecedor deverá higienizar os equipamentos e utensílios utilizados no fornecimento de produtos ou serviços, ou colocados à disposição do consumidor, e informar, de maneira ostensiva e adequada, quando for o caso, sobre o risco de contaminação. (Incluído pela Lei nº 13.486, de 2017)

A despeito da regra preexistente sobre o dever promover a devida higienização durante a prestação dos serviços, foram editados por várias esferas do Governo e seus órgãos vinculados competentes uma série de normas e recomendações voltadas especificamente ao combate ao Novo Coronavírus, cujo eventual descumprimento configura a prática abusiva prevista no inciso VIII do artigo 39 da Lei nº 8.079/90.

Registre-se que por se tratar de matéria atinente à proteção da saúde do consumidor nos estabelecimentos bancários, não se confundindo com a atividade-fim das instituições financeiras, as regras violadas pela Banco estão inseridas no campo de competência do Estado para legislar, em consonância com artigo 24 da Constituição Federal.

Em recente decisão do STF, prolatada no último dia 08 de abril, na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 672, acerca da pandemia do COVID-19, o Ministro Alexandre de Moraes deixou clara a competência concorrente dos Estados e municípios para legislar sobre a adoção ou manutenção de medidas restritivas legalmente permitidas durante a pandemia, tais como, a imposição de distanciamento/isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, etc., *in verbis*:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

A gravidade da emergência causada pela pandemia do coronavírus (COVID-19) exige das autoridades brasileiras, em todos os níveis de governo, a efetivação concreta da proteção à saúde pública, com a adoção de todas as medidas possíveis e tecnicamente sustentáveis para o apoio e manutenção das atividades do Sistema Único de Saúde.

...

Por outro lado, em respeito ao Federalismo e suas regras constitucionais de distribuição de competência consagradas constitucionalmente, assiste razão à requerente no tocante ao pedido de concessão de medida liminar, "para que seja determinado o respeito às determinações dos governadores e prefeitos quanto ao funcionamento das atividades econômicas e as regras de aglomeração".

A adoção constitucional do Estado Federal gravita em torno do princípio da autonomia das entidades federativas, que pressupõe repartição de competências legislativas, administrativas e tributárias.

Prosseguindo, a não observância das normas editadas pelas autoridades competentes para contenção da COVID-19 implica em responsabilidade objetiva das instituições financeiras, uma vez que lhe é aplicável a Teoria do Risco do Empreendimento, por ser inerente à atividade bancária o atendimento de considerável número de pessoas que fazem uso de espaços e equipamento de comum acesso, o que favorece o risco de contágio.

É a lição de Sérgio Cavalieri Filho:

Trata-se de responsabilidade objetiva pelo fato do serviço, fundada na teoria do risco do empreendimento, segundo a qual todo aquele que se dispõe a exercer alguma atividade no campo do fornecimento de bens e serviços tem o dever de responder pelos fatos e vícios resultantes do empreendimento independentemente de culpa. Este dever é imanente ao dever de obediência às normas técnicas e de segurança, decorrendo a responsabilidade do simples fato de dispor-se alguém a realizar atividade de executar determinados serviços. Em suma, os riscos do empreendimento correm por conta do fornecedor (de produtos e serviços) e não do consumidor. (Programa de Responsabilidade Civil, São Paulo: Malheiros Editores, 2003, p. 402) (Destacou-se).

A responsabilidade objetiva do prestador de serviço encontra-se expressa no artigo 14 da Lei nº 8.078/90:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

§ 1o O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I – o modo de seu fornecimento;

II – o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III – a época em que foi fornecido.

Aplicando o dispositivo retromencionado, Tribunal de Justiça do Distrito Federal proferiu os seguintes julgados:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO BANCO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ÔNUS PROBANTE DO FORNECEDOR. ART. 14, § 3º, DO CDC. APELO NÃO PROVIDO. 1. Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor nos casos envolvendo instituições financeiras, a teor do disposto no Enunciado nº 297, da Súmula do STJ. 2. A responsabilidade do fornecedor pelos possíveis prejuízos causados ao consumidor, em razão dos serviços prestados, é objetiva, nos termos do disposto no art. 14, do CDC, assumindo para si o ônus do risco de sua atividade, além de ser desnecessária a demonstração de culpa e dolo. 3. Constitui ônus do fornecedor demonstrar que prestou o serviço sem vício ou que ele decorreria de ato de terceiro ou culpa exclusiva do consumidor, conforme disposto no art. 14, § 3º, do CDC. 4. Não há como afastar a responsabilidade do banco, se não constam nos autos elementos que demonstrem que agiu com cautela e em observância aos critérios necessários ao celebrar os contratos de crédito bancário. 5. Apelo não provido. (TJ-DF 07045546320178070003 DF 0704554-63.2017.8.07.0003, Relator: ARNOLDO CAMANHO, Data de Julgamento: 07/03/2018, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE ; 13/03/2018 . Pág.: Sem Página Cadastrada)(Destacou-se)

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO BANCO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ÔNUS PROBANTE DO FORNECEDOR. ART. 14, § 3º, DO CDC. APELO NÃO PROVIDO. 1. Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor nos casos envolvendo instituições financeiras, a teor do disposto no Enunciado nº 297, da Súmula do STJ. 2. A responsabilidade do fornecedor pelos possíveis prejuízos causados ao consumidor, em razão dos serviços prestados, é objetiva, nos termos do disposto no art. 14, do CDC, assumindo para si o ônus do risco de sua atividade, além de ser desnecessária a demonstração de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

culpa e dolo. 3. Constitui ônus do fonecedor demonstrar que prestou o serviço sem vício ou que ele decorreria de ato de terceiro ou culpa exclusiva do consumidor, conforme disposto no art. 14, § 3º, do CDC. 4. Não há como afastar a responsabilidade do banco, se não constam nos autos elementos que demonstrem que agiu com cautela e em observância aos critérios necessários ao celebrar os contratos de crédito bancário. 5. Apelo não provido. (TJ-DF 07045546320178070003 DF 0704554-63.2017.8.07.0003, Relator: ARNOLDO CAMANHO, Data de Julgamento: 07/03/2018, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 13/03/2018 . Pág.: Sem Página Cadastrada) (Destacou-se)

Ainda vale ressaltar que as circunstâncias previstas nos incisos I, II e III do §1º do artigo 14 do CDC se encaixam perfeitamente ao caso versado nos autos, eis que a irregularidade verificada durante a prestação do serviço bancário se deu em desconformidade com as regras editadas pelas autoridades competentes, gerando ao consumidor um risco não esperado pela atividade desenvolvida, em época de grave crise sanitária provocada pelo avanço da COVID-19.

Realizadas essas considerações iniciais sobre dispositivos e normas principiológicas do Código de Defesa do Consumidor, passa-se à análise da prática infrativa autuada pelos Agentes Fiscais do Procon-MG.

2.2- Da Prática Infrativa: o fornecedor não disponibiliza, em local de fácil acesso, material para higiene e desinfecção individual a todos

Primeiramente vale destacar que, no caso das agências bancárias, o risco de contágio pode ser agravado pela existência de equipamento e dispositivos de uso comum, como caixas eletrônicos, leitores digitais e portas giratórias que exigem o contato constante por centenas de pessoas que todos os dias buscam atendimento bancário.

Atento a este fato, o Governo de Minas Gerais impôs aos prestadores de serviços, dentre os quais se enquadram as instituições financeiras, o dever de disponibilizarem material para assepsia pessoal de seus consumidores e usuários, nos termos *caput* do artigo 2º da Lei Estadual nº 23.636/20:

Art. 2º – Os órgãos, entidades e estabelecimentos a que se refere o art. 1º, sempre que possível, disponibilizarão para os consumidores e usuários dos seus serviços recursos necessários à higienização pessoal para prevenir a transmissão do coronavírus causador da Covid-19.

Parágrafo único – Os órgãos, entidades e estabelecimentos a que se refere o art. 1º adotarão outras medidas de prevenção que se fizerem



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

necessárias, como a organização de seus atendimentos a fim de se evitarem aglomerações. (Destacou-se)

Por sua vez, a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19/20 também trouxe uma série de obrigações relacionadas a intensificação das medidas de higiene, assepsia dos usuários e informações sobre prevenção do contágio pelo Novo Coronavírus, especificamente no parágrafo único do seu artigo 8º:

Art. 8º – Os Municípios devem assegurar que os serviços e atividades abaixo listados e seus respectivos sistemas logísticos de operação e cadeia de abastecimento sejam mantidos em funcionamento:

(...)

VIII – agências bancárias e similares;

(...)

Parágrafo único – Os estabelecimentos referidos no caput deverão adotar as seguintes medidas:

I – intensificação das ações de limpeza;

II – disponibilização de produtos de assepsia aos clientes;

III – manutenção de distanciamento entre os consumidores e controle para evitar a aglomeração de pessoas;

IV – divulgação das medidas de prevenção e enfrentamento da pandemia Coronavírus COVID19. (Destacou-se)

Vale também a transcrição do § 2º do artigo 7º do referido Comitê, relacionado ao tema:

Art. 7º – Os Municípios, no âmbito de suas competências e visando instituir restrições e práticas sanitárias, devem:

(...)

*IV – determinar aos estabelecimentos comerciais e industriais que permanecerem abertos que adotem sistemas de escalas, revezamento de turnos e alterações de jornadas, para reduzir fluxos, contato e aglomeração de trabalhadores, e que implementem medidas de prevenção ao contágio pelo COVID-19, **disponibilizando material de higiene e orientando seus empregados de modo a reforçar a importância e a necessidade de:** a) **adotar cuidados pessoais, sobretudo na lavagem das mãos com a utilização de produtos assépticos durante o trabalho e observar a etiqueta respiratória;** b) manter a limpeza dos locais e dos instrumentos de trabalho; (Destacou-se)*



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Sobre a configuração da prática infrativa, os registros fotográficos realizados pelos Agentes Fiscais evidenciaram ausência da instalação de *dispensers* de álcool em gel nas proximidades dos caixas de autoatendimento (fls. 08/09).

Ademais, ainda que o Representado tenha tentado demonstrar a disponibilização posterior de álcool em gel em locais de fácil acesso para desinfecção dos usuários, as adequações implementadas não se prestam à descaracterização da irregularidade verificada.

Todavia, ser-lhe-á cabível a atenuante prevista no inciso III do artigo 25 do Decreto nº 2181/97.

Logo, diante do exposto, julgo subsistente a infração cometidas pelo Fornecedor, referente ao Item "4" do Formulário de Fiscalização dos Serviços Bancários durante a Pandemia da Covid-19.

3 - CONCLUSÃO

Restou claro, portanto, que o infrator acima qualificado incorreu em prática infrativa dos artigos 6º, I, 8º, caput, 39, VIII da Lei 8.078/90, do artigo 12, IX, "a" do Decreto 2.181/97, do parágrafo único do artigo 8º da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17/20, do artigo 2º da Lei Estadual nº 23.636/20 e Recomendação 14PJDC nº 01/20, estando, pois, sujeito à sanção administrativa prevista no artigo 56, inciso I da Lei 8.078/90.

Levando em consideração a natureza da infração, a condição econômica e a vantagem auferida, aplico ao infrator a pena de multa, conforme artigo 56 da lei 8.078/90. Atento aos dizeres do artigo 57 do CDC e artigos 24 e segs. do Decreto 2.181/97 e art. 20 da Resolução PGJ n.º 14/19, passo à graduação da pena administrativa.

a) A infração que enseja essa sanção administrativa, em observância à Resolução PGJ n.º 14/19, figura no grupo 3, em razão de sua gravidade, natureza e potencial ofensivo, pelo que aplico fator de pontuação 3.

b) Verifico que a ausência de vantagem auferida com a prática infrativa, razão pela qual aplico o fator 1.

c) Por fim, com o intuito de se comensurar a **condição econômica** do infrator, dever-se-á considerar a sua receita mensal média, o que o fazemos com base no Faturamento Bruto apresentado pelo Representado aos autos, cujo soma dos faturamentos mensais totalizaram o montante de R\$ 9.998.693,81 (nove milhões novecentos e noventa e oito mil **seiscentos e noventa** e três reais e oitenta e um centavos).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Dessa forma, o porte econômico do fornecedor, em razão de seu faturamento líquido é considerada de MÉDIO PORTE, o qual tem como referência o fator 1.000.

Embora aqui seja feita uma análise da condição econômica da agência que foi autuada por incorrer em alguma prática infrativa, cumpre ressaltar que o Banco Itaú Unibanco S/A está entre os cinco maiores bancos nacionais.

A saber, infere-se do Relatório de Análise Econômica e Financeira, obtido no site https://static.poder360.com.br/2020/02/resultado.ita_u_4.t.2019.pdf, que o Banco Itaú Unibanco S/A atingiu em 2019 um lucro líquido de R\$ 28.363 bilhões, crescimento de 10,2%, em relação ao mesmo período de 2018.

Consta ainda que o Resultado Operacional do ITAÚ, no ano de 2019, atingiu a quantia de R\$ 29.371.607.000,00. Este valor se refere ao quanto a instituição foi capaz de lucrar com suas atividades de intermediação financeira e prestação de serviços, tais como operações de crédito e tarifas bancárias, já deduzidas as despesas de captação, tributárias e administrativas.

Portanto, trata-se de fornecedor que apresentou lucros expressivos e rentabilidade alta, a despeito do cenário econômico adverso que o país tem atravessado, e, para fins de aplicação de sanção administrativa, sua agência se enquadra como Médio Porte na Planilha de Cálculo de Multa.

Feitas estas considerações e estabelecido o valor do faturamento bruto da agência, calculo a receita mensal média no valor de R\$ 833.224,48 (oitocentos e trinta e três mil duzentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos) o qual será usado como parâmetro para a aplicação da multa.

d) Com os valores acima apurados, estando retratadas a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica, aplico os dados à fórmula prevista no artigo 28 da Resolução PGJ n.º 14/19, motivo pelo qual fixo o *quantum* da pena-base no valor de R\$ 25.996,73 (vinte e cinco mil novecentos e noventa e seis reais e setenta e três centavos), conforme se depreende da planilha de cálculos anexa, nos termos do art. 27 da Resolução PGJ n.º 14/19.

e) Reconheço a circunstância atenuante da primariedade e ter o infrator adotado providências para reparar os efeitos do ato lesivo (Dec. n.º 2.181/97, art. 25, II), motivo pelo qual diminuo a pena-base em 1/6 (um sexto), nos termos do art. 29 da Resolução PGJ n.º 14/19, resultando no valor de R\$ 21.663,95 (vinte e um mil seiscentos e sessenta e três reais e noventa e cinco centavos).

f) Reconheço as circunstâncias agravantes previstas nos incisos III, VI e IX do artigo 26 do Decreto 2.181/97, pelo que aumento a pena em 1/2 (metade), totalizando o *quantum de* R\$ 32.495,92 (trinta e dois mil quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e dois centavos), eis que a prática infrativa relaciona-se à preservação da saúde do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

consumidor; causa dano coletivo e possui caráter repetitivo; e ter sido praticada em momento de calamidade pública provocada pela pandemia da Covid-19.

Desse modo, fixo a MULTA DEFINITIVA no valor de R\$ 32.495,92 (trinta e dois mil quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e dois centavos),

ISSO POSTO, determino:

1) a intimação do Representado, no endereço físico indicado à fl. 15-v dos autos, para que, no prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da notificação:

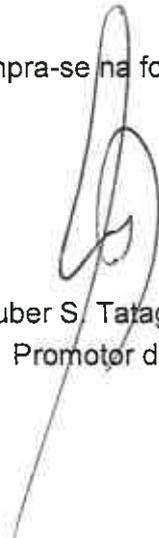
a) recolha à conta do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (C/C nº 6141-7 – Agência nº 1615-2 - Banco do Brasil), o percentual de 90% do valor da multa fixada acima, isto é, o valor de **R\$ 29.246,33 (vinte e nove mil duzentos e quarenta e seis reais e trinta e três centavos), nos termos do PU, do art. 37 da Resolução PGJ nº 14/19;**

b) ou apresente recurso a contar da data de sua intimação, nos termos dos arts. 46, § 2º e 49, ambos do Decreto nº 2.181/97;

2) Publique-se extrato dessa decisão, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público “DOMP/MG”, e disponibilize o seu inteiro teor no *site* do Procon-MG.

Cumpra-se na forma legal.

Belo Horizonte, 1º de Setembro de 2020.


Glauber S. Tatagiba do Carmo
Promotor de Justiça



Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Procuradoria-Geral de Justiça
PROCON Estadual

PLANILHA DE CÁLCULO DE MULTA

ATENÇÃO: INSERIR INFORMAÇÕES NOS CAMPOS DESTACADOS PELA COR CINZA

Agosto de 2020

Infrator	Banco Itaú Unibanco S/A – Agência 5325		
Processo	PA 0024.20.007352-6		
Motivo	Fiscalização – Coronavírus covid-19 (auto de infração nº 317.20)		
1 - RECEITA BRUTA			R\$ 9.998.693,81
Porte =>	Médio Porte	12	R\$ 833.224,48
2 - PORTE DA EMPRESA (PE)			
a	Micro Empresa	220	R\$ 0,00
b	Pequena Empresa	440	R\$ 0,00
c	Médio Porte	1000	R\$ 1.000,00
d	Grande Porte	5000	R\$ 0,00
3 - NATUREZA DA INFRAÇÃO			
a	Grupo I	1	3
b	Grupo II	2	
c	Grupo III	3	
d	Grupo IV	4	
4 - VANTAGEM			
a	Vantagem não apurada ou não auferida	1	1
b	Vantagem apurada	2	
Multa Base = PE + (REC BRUTA / 12 x 0,01) x (NAT) x (VAN)			R\$ 25.996,73
Multa Mínima = Multa base reduzida em 50%			R\$ 12.998,37
Multa Máxima = Multa base aumentada em 50%			R\$ 38.995,10
Valor da UFIR em 31/10/2000			1,0641
Taxa de juros SELIC acumulada de 01/11/2000 a 31/07/2020			232,84%
Valor da UFIR com juros até 31/07/2020			3,5417
Multa mínima correspondente a 200 UFIRs			R\$ 708,35
Multa máxima correspondente a 3.000.000 UFIRs			R\$ 10.625.209,82
Multa base			R\$ 25.996,73
Multa base reduzida em 1/6 (primariedade) – art. 25, II, Dec. 2181/97			R\$ 21.663,95
Acréscimo de 1/2 – art. 26 Decreto 2.181/97 (art. 29 da Res PGJ 14)			R\$ 32.495,92
90% do valor da multa (art. 37 da Resolução PGJ nº14/19)			R\$ 29.246,33

